

ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A SALA DE AULA DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

André Luiz da Silva Romão¹; Keilha Correia da Silveira²

¹Licenciado – Universidade Federal de Pernambuco, andre_luiz_pe@yahoo.com.br; ²Doutoranda – Universidade Federal de Pernambuco, silveira.kc@gmail.com

Resumo: O tema aqui proposto discute a formação étnico-social do Brasil, especificamente a história e cultura afro-brasileira. Trata-se de movimento recente de reflexão histórica e social a respeito das influências africanas em seu processo de formação no âmbito da escola básica, a partir da instituição da Lei nº 10.639, que insere no currículo escolar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Defende-se que a escola, integrada com a realidade social, é a única instituição capaz de construir um novo comportamento social, que possibilite o pleno desenvolvimento da cidadania. A iniciativa é muito positiva, mas acredita-se que a efetivação da Lei enfrentará barreiras socioculturais (resistência, preconceito, ignorância) e de estrutura operacional, que produzirá ações pedagógicas superficiais nas escolas. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir a prática pedagógica dos professores de Geografia para sensibilização e aprendizagem da História e Cultura Afro-brasileira no ensino básico. Metodologicamente, o trabalho utilizou a pesquisa bibliográfica e entrevista para coleta e análise de dados e cenários.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, História e cultura afro-brasileira, Educação básica, Prática Docente.

INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere na discussão sobre a formação étnico-social do Brasil. Trata-se de uma importante e negligenciada temática. Falta à sociedade, uma reflexão histórica a respeito das influências africanas em seu processo de formação, talvez isso não ocorra intencionalmente pelos governos ou lideranças políticas e econômicas, ou talvez pela ignorância e preconceito da própria sociedade. O resultado percebido é um longo período de total indiferença sobre a questão.

Nos últimos anos o tema vem ganhando força e conquistando espaço de discussão e intervenção. É o que acontece na área da educação básica. Defende-se que a escola, integrada com a realidade social, é a única instituição capaz de construir um novo comportamento social, que possibilite o pleno desenvolvimento da cidadania.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639, que insere no currículo escolar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Esse foi um movimento muito positivo para o combate ao preconceito étnico-racial e o respeito à cultura afro-brasileira. Mas, também é preocupante, pois não basta tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira deve-se

capacitar os professores, para que de fato a Lei seja efetiva e alcance seus objetivos.

A obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico é um ato importante e necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que forma a diversidade cultural brasileira. Ao mesmo tempo, permite trabalhar mais efetivamente questões sociais que impactam na construção de saberes na escola, como cidadania, tolerância religiosa, preconceito, opressão racial. Nessa perspectiva, a ação pedagógica dos professores é uma questão central, que demanda, deste profissional, clareza no planejamento do ensino e reflexão de suas ações.

Acredita-se que a aplicação da Lei nº 10.639/2003 enfrenta barreiras socioculturais (resistência, preconceito, ignorância) e de estrutura operacional, seja pela deficiência na formação (inicial e/ou continuada) dos professores, seja pela ausência de projetos pedagógicos que efetivamente incorporem a temática no seu planejamento educacional. Na prática, o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira figura-se na superficialidade e seu aprofundamento depende do comprometimento individual de alguns professores.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo discutir a prática pedagógica dos professores de Geografia para sensibilização e aprendizagem sobre a História e Cultura Afro-brasileira no ensino básico, a partir de um estudo do caso do Grupo Escolar Duarte Coelho, em Olinda-PE.

METODOLOGIA

Optou-se por uma análise qualitativa, através de estudo de caso. Adotou-se como procedimentos metodológicos: (a) análise bibliográfica: procedimento que permitiu a construção da base teórica da pesquisa, a partir do levantamento de títulos sobre ensino de história e cultura Afro-brasileira, prática pedagógica.; (b) análise documental: procedimento utilizado para identificar e entender as Leis e Programas Políticos voltados para promoção do ensino de História e Cultura Afro-brasileira no ensino básico, para a formação (inicial e continuada) dos docentes e a participação da sociedade na escola. Este procedimento subsidiou a compreensão do processo de elaboração da legislação específica, os princípios, a articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais e direcionamento pedagógico para a prática docente; (c) Entrevista: Foram entrevistados os professores, os técnicos administrativos e a equipe de coordenação de ensino da Escola Duarte Coelho, a fim de compreender as práticas pedagógicas da escola e avaliar a aplicação da legislação estudada.

CONTEXTO HISTORICO DA CONSTRUÇÃO DA LEI 10.639/03.

Historicamente, o Brasil teve uma posição permissível diante o racismo e distinção étnico que afeta a população afrodescendente brasileira até os tempos atuais, segundo dados extraídos das Diretrizes curriculares nacional.

Em 1854, o Decreto nº1.331 determinou que nas escolas públicas do país não seriam permitidos escravos e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade dos professores. Já nos anos de 1878, surgiu o decreto de nº 7.031-A que só permitiria que os negros poderiam estudar no período noturno e várias estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população ao direito a Educação.

Nos anos de 1988, foi promulgado a Constituição Federal do Brasil que buscou efetuar as condições de um Estado democrático de direitos a cidadania e na dignidade das pessoas que possuíam uma realidade marcada por preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que enfrentam historicamente dificuldades para o ingresso a escolas.

Ao decorre dos anos ocorreu uma tramitação do Projeto de Lei de nº 259/1999 que passou por uma transformação para a lei 10.639/2003, o fato ocorreu nos registros históricos do Congresso Nacional, em dois distintos cenários da política brasileira nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 -2011).

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que teve início nos anos 95, ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares que se mobilizavam contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, firmando uma nova inclusão do negro na agenda política governamental. Ao realizar um pronunciamento Fernando Henrique Cardoso, destacou que a cultura encobre a discriminação, enfatizando as marcas das heranças escravocratas, a importância da educação e as ações governamentais, finalizando relacionando que o problema dos negros na sociedade se resolveria na finalização da pobreza. Observa-se no começo do seu governo, pode ser observado que o quesito negro passa a ser reconhecido nos discursos de forma inaugural, sendo agregada a pobreza.

Na área educacional ocorreram mudanças com relação a gestões anteriores a FHC, consequentemente pelas ações dos Movimentos Negros Brasileiro. O projeto de lei de nº 259/99, teve incitativa no momento em que o governo veio com discurso de resgatar a história do negro e seu papel na construção da identidade social brasileira.

Regressando aos tempos, a agenda dos Movimentos Negros na Assembléia nacional constituinte, já havia diligência na tentativa de conceber a obrigatoriedade no Ensino da Cultura Afro e Africana no currículo das escolas.

Durante as gestões do presidente em avanço dos diálogos com relação à questão racial no Brasil, efetivamente explícito nos debates políticos, expresso em seu depoimento feito na reunião de trabalho “Marchas contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida”.

Porém, aspectos aparentemente favoráveis para defrontar as questões raciais eram ainda algo inibido nas ações governamental, pois apesar do reconhecimento dos problemas racial, todavia acabava sendo associada à pobreza. Segundo Monica Gein, “nessa conjuntura, a demais, o debate público pouco colaborava para diminuir as indecisões do Governo Fernando Henrique Cardoso sobre como transpor o problema do racismo no Brasil”.

O contexto histórico de luta que levou ao resultado e a concretização da legislação, pois essa elaboração veio em pauta a mais de séculos, através dos negros do pós-abolição, que enxergaram a educação formal seria o modo de reverter e se elevar socialmente. Ao decorrer dos anos com a despontar os movimentos sociais com a volta das organizações negras nos anos de 1978, a educação adquiriu evidência. Tornou-se mais oportuna nos anos de 1988 na constituinte, quando o ensino da História do Brasil determina as diferentes etnias e culturas, passa a ser requisitos da identidade negra.

Já nos anos 90 ocorreu uma Marcha do Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania, Pela Vida, este evento foi o mais significativo movimento negro no brasileiro que foi recebido pelo gestor atual FHC, onde lhe foi entregue pelos organizadores o "Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Racial". Ações efetivas para que houve as alterações e eliminação através de revisão dos livros didática, obras que vinculam aos negros de forma pejorativas. Devido às mobilizações foi concretizada a inclusão de disciplina que sobre a história dos negros no Brasil e os Continentes Africanos no ensino fundamental e médio, por meios de leis. Porém, foi implantado nas redes de ensino das redes municipais e estaduais nos estados da Bahia e em algumas cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém, São Paulo, Aracaju, Brasília e Terezinha.

Apesar da obrigatoriedade da legislação, poucas ações se fizeram para efetivar a execução dessas medidas instituída regionalmente. Esse desafio estaria sendo efetuado na transposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 09 de janeiro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a Lei nº 10.639, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, entre outras providências.

Em termos de política, trata-se de um grande avanço na luta contra as desigualdades raciais. O Estado impulsiona a transformação social reconhecendo que há uma disparidade

entre brancos e negros em nossa sociedade, intervindo e assumindo um compromisso de eliminar as desigualdades raciais, assegurando direitos humanos básicos e fundamentais à população negra brasileira.

A Lei nº 10.639/03, também permitiu resgatar o papel e o tributo histórico do negro na composição e congregação das comunidades brasileiras. Somam-se, a esse quadro, outras ações do Governo Federal como a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Política de Promoção das Igualdades Racial (Seppir), recolocando as questões raciais na agenda nacional e a importância para abortarem políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada transversal promovendo alterações positivas na realidade vivenciada pela própria população negra. Com o auxílio do Seppir, o governo assume o compromisso de combater as ações que impede o desenvolvimento plano que foram instituída as ações afirmativa.

A resolução CNE/CP de nº01, que foi publicada nos anos de 2004, tendo como obrigação do Estado para a população negra uma reparação dos direitos negados aos afrodescendentes desde tempos da colonização e com ênfase nos campos educacionais. A resolução obriga as instituições de Ensino Superior incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, as relações etnicorraciais, bem como o tratamento das questões e temáticas que diz respeito ao afrodescendente (BRASIL, 2004).

O ensino da África nas salas de aula vem sendo efetuado de forma lenta, por causa das defasagens conceituais por parte dos professores. Isso ocorre pela carência na formação inicial do docente, sobre o conhecimento teórico da realidade africana. (MANANGA, 2001).

A escola é uma importante instituição responsável pela sociabilidade humana, com ela intercorre eventualidade nas construções da identidade e de valores (morais e étnicos). Na sociedade capitalista as escolas, apresentam um padrão estético e vinculado a sociedade europeia, que é denominada como monoculturalismo, que exclui as referências da população negra na formação da sociedade brasileira. Essa população, durante toda o processo histórico, teve seu papel na construção social ocultado e descaracterizado, e pior ainda teve sua imagem e auto-imagem associadas a sentimentos de repulsa. Os africanos no Brasil são visto no modo colonialismo cultural, na contribuição apenas no folclore, língua, culinária, e misticismo, deixando uma inadvertência das raízes formadoras.

As escolas reproduzem uma ideologia opressora e dominante, isso deve ser desconstruído, pois ela e a junção a educação deve ser utilizado como uma ferramenta de luta pelos oprimidos. A população negra brasileira a sua identidade foi

negada ao longo dos enredos da formação social, surgindo obstáculos na constituição de uma identidade auto-afirmativa, que reivindica por direitos relacionados a discriminação. Segundo Bernd (1987, pXX), a [...] “busca pela identidade do negro é a busca de auto definição”.

O preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA, 2001).

Isso mostra a grande dificuldade no processo de formação do docente, para que eles estejam aptos para tratar-se com temas relacionados a questões etnicorraciais. Por conta dessa lacuna no rumo acadêmico, são fatores determinantes para a reprodução das práticas atribuídas à dependência da cultura presente na hegemonia brasileira, surgindo assim atos preconceituosos e excludentes, presentes nas salas de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assimilando a mudanças ao currículo escola na obrigatoriedade na prática da Lei nº 10.639/2003, os docentes têm uma tarefa que requer além de abordar os temas em sala de aula no ensino-aprendizado, necessita haver interferência em casos discriminatórios, preconceito e racismo, uma ação de importância para que não subsista a prática de supremacia de raças.

A educação está associada pelo fato de ser capaz de construir o novo comportamento social, apenas através de sistema educacional integrado com a realidade social. A inquietude com a situação do negro no Brasil assume uma importância, pois o país tem uma herança africana que estava presente, porém não reconhecida e muito menos valorizada. Essa depreciação é uma característica resultado das discrepâncias sociais, vista em um comportamento social, com isso a educação exerce uma função determinante para desconstruir este cenário.

A ferramenta de trabalho na educação de qualidade e sem discriminação, não basta apenas ter e necessário ser ensinadas de como utilizadas no caso dos professores que possuem a responsabilidade, já que a educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa e menos discriminatória, para que, enfim, as diferenças culturais sejam respeitadas.

Evidente que os estudos e as discussões em sala apresentam grande relevância a respeito da História Africana possuem nos dias atuais. Porém todas essas inquietações devem

estar conduzidas de um conhecimento a respeito à cultura que forma o país.

E necessário que o (a) professor (a) tenha um conhecimento aprofundado do tema abordado, porém existem grandes dificuldades para que esse trabalho seja realizado devido à falta de uma formação adequada nos cursos de licenciatura, que não concedem uma formação adequada, fazendo com que essa temática se torne precária ao ser posta em prática na sala de aula. Evidenciando que,

A abordagem das questões étnico-raciais na Educação Básica depende muito da formação inicial de profissionais da educação. Eles ainda precisam avançar para além dos discursos, ou seja, se por um lado, as pesquisas acadêmicas em torno da questão racial e educação são necessárias, por outro lado precisam chegar à escola e sala de aula, alterando antes os espaços de formação docente. (BRASIL, 2006, p. 128).

As Instituições de Ensino brasileiras no ensino fundamental que apresenta contexto quanto médio, a lei 10639/03 a um despreparo de alguns professores sobre a temática ou a falta de interesse da própria escola em levar adiante o tema, voltando-se apenas para comemorações de datas como o dia da Consciência Negra ou 13 de Maio, com isso não é muitas vezes aplicada de fato em sala de aula.

Uma das causas de não ser efetivada a aplicação da lei é a questão da formação desses professores, pois a maioria, não teve durante a sua graduação disciplinas que lhes proporcionassem algum conhecimento sobre a História Africana, então se faz necessário, a formação continuada destes docentes, assim estes profissionais poderão disponibilizar aos seus alunos um ensino comprometido com a ética e a valorização das diversas culturas que formam a sociedade brasileira.

O Grupo Escolar Duarte Coelho, Olinda-PE

É uma instituição de ensino regular (oferta o ensino fundamental e EJA – fundamental) integrante da rede municipal de ensino da cidade de Olinda-PE. O grupo escola atende grande quantidade de alunos da zona periférica da cidade, com número considerável de crianças negras. Possui adequada infraestrutura e recursos didáticos para realização de suas atividades pedagógicas. Mas, apresenta problemas administrativos e pedagógicos. No período da pesquisa de campo não havia coordenação pedagógica e não foi disponibilizado o projeto político pedagógico.

Sua localização, no entanto, é a maior particularidade da instituição. O grupo escolar está localizado no centro histórico de Olinda-PE próxima de diversos pontos históricos que resgata a Cultura Africana, como destacado abaixo.

- A igreja do Nosso Senhor do Bonfim (Figura 1): que foi construída em 1758, quando Pinheiro da Fontoura, um morador da localidade, pede

permissão para fundação de uma igreja dedicada ao Senhor do Bonfim, no local onde havia um nicho de pedra e cal com um painel do padroeiro. Anualmente ocorre a lavagem das escadarias da igreja atraindo diversas pessoas.

- Mercado da Ribeira (Figura 2): foi construído no final do século XVII e início do século XVIII, por volta de 1693. Antigo mercado de escravos, onde tinha um calabouço em que os negros esperavam para ser leiloados e também servia como mercado público e açougue. Atualmente contém boxes pertencem aos comerciantes de artesanato e ocorre visitação de turista.

Figura 1: Igreja do Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: o autor

Figura 2: Mercado da Ribeira



Fonte: o autor

- G.R.E. S Preto Velho (Figura 3): uma escola de samba, onde resgata ao samba de raiz, a sede acontece atividades como música, dança e visitasões, que resgata a cultura africana.

- Palácio de Iemanjá – Terreiro de Pai Edu (Figura 4): foi fundada pelo o Babalorixá Pai Edu destaca-se pela sua história religiosa/social e atuação política na resistência do povo de Santo no Brasil. A casa é conhecida por sua atuação em projetos e ações sociais.

Figura 3: Palácio de Iemanjá – Terreiro de Pai Edu



Fonte: o autor

Figura 4: G.R.E. S Preto Velho



Fonte: o autor

- Museu de Arte Contemporânea de Olinda (Figura 5): foi inaugurado no dia 23 de dezembro de 1966, com a doação de parte da Coleção do Embaixador Assis Chateaubriand ao Estado. Hoje o museu conta com um acervo de mais de 4 mil obras das mais variadas técnicas, épocas e estilos, indo desde o academicismo francês até a contemporaneidade.

Figura 5: Museu de Arte Contemporânea de Olinda (MAC)



Fonte: o autor

Todo esse espaço traz possibilidades diversas de atividades que podem ser executadas pelos docentes relacionando à Cultura Africana. Trata-se de um espaço repleto de significância e muito importante para a sensibilização e aprendizagem dos alunos.

As práticas docentes

Como resultados das entrevistas realizadas tem-se que os professores possuem conhecimento básico da Lei, mas não possui segurança para expor o seu ponto de vista de forma reflexiva; poucas ou nenhuma ação pedagógica de continuidade é realizada sobre o tema; falta planejamento pedagógico da instituição de ensino; dificuldades em contextualizar o espaço vivido dos alunos com as questões culturais afro-brasileira; deficiência na formação inicial sobre as relações etnicorraciais; deficiência na formação

continuada, que não abordam as mudanças dos conteúdos; dificuldades na escolha ou produção de recursos didáticos para as aulas.

Os professores acreditam que uma grande porcentagem de professores da disciplina de Geografia trabalha a África na educação básica de forma estereotipada, trazendo temas como fome, doenças e questões dos conflitos étnicos territoriais, nesse caso é mais trabalhada a questão das guerras.

Outro aspecto importante para a prática docente são os trabalhos interdisciplinares na escola. Sobre esse ponto, ficou claro que os professores não utilizam adequadamente. Os professores desenvolvem projetos interdisciplinares movidos, principalmente, pela obrigatoriedade de trabalhar com temas transversais a partir de projetos interdisciplinares. Essa é uma determinação da secretária de Educação, que estabelece as ações, mas não oferece os meios necessários para desenvolvê-las. O próprio entendimento de interdisciplinaridade pelos docentes e gestores é deficitário. Há um esforço pessoal da equipe para desenvolver as ações, mas ao longo da execução perdem-se as características de projetos interdisciplinares e passar a ser apenas um trabalho desenvolvido por vários professores, cada um na sua sala de aula.

Por fim, quando questionados sobre a possibilidade de trabalhos de campo no sítio histórico ou até mesmo do uso das referências culturais locais na sala de aula, ficou claro que isso não acontecia. No primeiro momento apresentaram diversas dificuldades para realização de trabalho de campo, mesmo que para áreas do entorno da escola, seja pelo perfil dos alunos, pela estrutura da escola ou pela insegurança e responsabilidade com os alunos na rua. Também foram apontadas dificuldades para a coleta de dados (fotografias, folderes, entrevistas) para uso didático em sala de aula, ora pela falta de tempo dos docentes, ora por insegurança, violência urbana, ora pelo próprio desconhecimento dessas referências locais de resistência e luta da cultura afro-brasileira.

Ao final das entrevistas percebeu-se que o professor tem desconhecimento, dúvidas e lacunas em sua formação inicial em relação aos conteúdos solicitados na implementação da Lei nº 10.639/2003. Além a deficiente assistência no planejamento pedagógico por parte da instituição e do sistema municipal de ensino.

CONCLUSÃO

Após um período de promulgação da legislação de nº 10.639/2003, averigua o escasso no reflexo nos currículos escolares, do qual a execução apresenta se incurso pela deficiência na formação inicial e continua dos professores, pela falta de planejamos na escola e a ausência da interdisciplinaridade.

A questão de ensino da África acarreta grande complexidade devido a dificuldades conceituais por parte dos professores, como por exemplo, os conhecimentos a respeito à realidade africana e afro-brasileira, que são ignoradas no campo de conhecimento nos currículos acadêmicos.

Ao se torna a obrigatoriedade desses conteúdos acarretou uma defasagem na formação profissional, apesar de haver formação continuada, mas não é suficiente para suprir a grande demanda. Um dos maiores desafios encontrados na educação básica quando se trata de África, a inferir idade Africana que vem sendo representada pela influência da mídia e a discursos que tendem a reforçar estereótipos negativos desse continente.

A pesquisa pretende ser levada em consideração, tendo como proposta de contribuir para enfatizar essa privação, ou seja, ausência de trabalhos que identifica a postura e o comportamento do docente a exposição da temática da África na Geografia em sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09.01.03**: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-brasileira e Africana”. Brasília, 2003

BRASIL. Ministério da Educação-MEC, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BRASIL. **Parecer nº CNE/CP 003/2004**, de 10 de maio de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. 2009

BRASIL. **Resolução nº CNE/CP 001/2004**, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Reunião de Trabalho Marcha contra o racismo, pela igualdade e a vida.** Biblioteca da Presidência da República, 1995.

MUNANGA, Kabengele. (org.). **Superando o Racismo na Escola.** 3ª edição. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções.** 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do Presidente da República – Luiz Inácio Lula da Silva - na cerimônia de instalação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República,** 2003.

SILVA, Maria Abadia da. **Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira. In: Arte & Manhas dos Projetos Políticos e Pedagógicos.** Campinas – SP: CEDES, 2003, v.23/n.61